

Francisco Miraglia vence a Eleição Democrática para Reitor

A Eleição democrática para Reitor, realizada nos dias 14 e 15/10 pela Adusp, teve como vencedor o professor Francisco Miraglia (IME), com 41,39% dos votos válidos — ele recebeu 478 votos de um universo de 1.155 —, ficando o professor Glaucius Oliva (IFSC) em segundo lugar com 15,06% dos votos válidos ou 174 votos. A votação foi realizada em quase todas as unidades da Universidade, em todos os seus campi. Confira os resultados da Eleição em cada unidade na tabela publicada na p. 2.

No próximo dia 20/10 ocorrerá o primeiro turno do processo estatutário de escolha do Reitor da USP, quando será “eleita” a lista de oito professores titulares. Nesse turno votam as congregações das unidades, os

quatro conselhos centrais e o Conselho Universitário (Co), constituindo um total de cerca de 1.900 pessoas (aproximadamente 2% da comunidade uspiana). No segundo turno, 10/11, um colégio eleitoral de 330 pessoas (0,3% da comunidade), constituído pelos conselhos centrais e Co, terá a função de escolher uma lista de três dentre os oito indicados no primeiro turno. Finalmente, esses três nomes são enviados ao governador do Estado, que decide quem ocupará a Reitoria nos próximos quatro anos. E haja autonomia universitária!

Embora a entidade reconheça que o processo estatutário de escolha de Reitor seja totalmente antidemocrático, os acontecimentos vivenciados pela USP nos últimos meses levaram a Adusp a op-



tar pela Eleição Democrática recém realizada, definida nas discussões e deliberações ocorridas nas Assembléias de 25/8 e 10/9 (*Informativo Adusp*, edições 291 e 292). Deliberou-se, ainda, que a Adusp defenderia que o vencedor dessa votação fosse o Reitor da universidade.

Debates

Nesse processo a entidade promoveu debates com os candidatos (leia matéria nas p. 3 a 6 desta edição sobre o segundo debate), encaminhou a eles questões centrais da comunidade acadêmica e divulgou seus posicionamentos (leia no *Informativo Adusp* 293), contribuindo para que os docentes pudessem avaliar as propostas e programas daqueles que postulam o cargo de Reitor da universidade. A Adusp registra o seu agradecimento a todos os co-

legas que se dispuseram a dedicar parte de seu tempo a organizar, em cada unidade, o processo de votação. Reconhecemos o esforço envolvido nessa tarefa, tendo em vista o cotidiano cada vez mais desgastante a que todos estamos submetidos.

Consideramos que, no contexto atual, o comparecimento às urnas foi expressivo, tendo crescido cerca de 20% em relação ao processo semelhante realizado em 2001, permitindo que mui-

tos dos nossos colegas, preocupados com o futuro da Universidade, manifestassem de forma democrática sua preferência diante das propostas e programas dos candidatos.

Dessa forma, a Adusp conchama todos os docentes com direito a voto no colégio eleitoral a respeitarem o resultado da Eleição Democrática, sufragando o nome do professor Francisco Miraglia nos dois turnos do processo estatutário.

Ação do Gatilho É HORA DE INICIAR O PAGAMENTO!

Atendendo à solicitação da Adusp, foi agendada para a próxima 6ª feira, 23/10, nova reunião entre a Reitoria e a entidade para tratar da ação do Gatilho. Esperamos que, desta vez, antes do fim do seu mandato, a atual gestão da Universidade tome providências concretas para iniciar o pagamento a todos os beneficiários já reconhecidos, cumprindo sentença judicial de 4 anos atrás, referente a uma ação ajuizada há quase 20 anos.

Candidato	Nº de votos	Porcentagem de votos válidos
Armando Corbani	55	4,76
Francisco de Oliveira	56	4,85
Francisco Miraglia	478	41,39
Glaucius Oliva	174	15,06
João G. Rodas	126	10,91
Ruy Altafim	37	3,20
Sonia Penin	142	12,29
Sylvio Sawaya	30	2,60
Wanderley M. da Costa	57	4,94

Resultado da Eleição Democrática para Reitor, por unidade

Unidade	Armando Carboni	Francisco de Oliveira	Francisco Miraglia	Glaucius Oliva	João G. Rodas	Ruy Altafim	Sonia Penin	Sylvio Sawaya	Wanderley M. da Costa	Branco	Nulos	Votantes
EACH	0	4	32	7	6	0	8	4	3	2	3	69
ECA	1	5	20	3	4	2	7	1	3	6	2	54
ECARP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EEFE	0	0	3	2	1	0	1	0	1	0	0	8
EEFERP	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
EEFE	1	2	17	4	16	0	6	0	0	0	1	47
EERP	9	0	3	5	4	7	3	0	0	3	1	35
EEL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EESC	1	1	17	22	4	7	1	1	0	2	2	58
EP	1	0	26	1	4	0	7	0	0	1	2	42
ESALQ	2	0	25	13	5	5	3	3	0	0	2	58
FAU	0	2	23	1	4	0	23	14	0	1	3	71
FCF	1	0	3	3	1	0	0	0	0	0	0	8
FCFRP	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
FD	0	1	0	0	12	0	0	0	0	0	0	13
FDRP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FEARP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FEA	0	1	1	0	5	0	2	0	0	0	0	9
FEA	0	2	19	0	5	0	30	0	0	4	2	62
FFCLRP	1	2	14	10	2	0	3	1	2	2	1	38
FFLCH	5	23	93	4	6	5	15	1	39	3	8	202
FM	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	3
FMRP	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
FMVZ (VNP)	1	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	5
FOB	0	0	2	2	3	0	0	0	0	0	0	7
FORP	6	0	5	3	10	1	0	1	1	0	0	27
FSP	1	2	14	6	11	1	5	0	0	1	2	43
FZEA	1	0	6	8	4	1	1	0	0	0	2	23
IAG	3	0	3	5	2	0	4	0	2	0	4	23
IB	2	0	6	0	0	0	0	0	0	1	0	9
ICB	3	0	31	26	4	1	4	1	0	0	4	75
ICMC	2	0	14	13	0	1	0	0	1	1	0	32
IEE	1	1	1	0	0	4	3	0	0	1	0	11
IF	6	1	17	0	4	0	0	1	0	1	0	30
IFSC	0	0	0	8	0	0	0	0	0	2	0	10
IGC	0	1	4	1	1	0	0	0	0	0	1	8
IME	0	0	44	1	2	0	5	0	0	2	4	58
IP	1	4	15	3	2	1	7	0	0	0	1	34
IQ	3	0	1	10	0	0	1	1	0	1	3	20
IQSC	0	0	0	4	1	1	0	0	1	1	2	10
IO	1	4	7	3	3	0	0	1	0	3	0	22
MAE	0	0	4	0	0	0	0	0	1	0	0	5
MAZ	0	0	0	3	0	0	0	0	1	1	0	5
MP	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	3
Sede (Votos em trânsito)	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	4
TOTAL	55	56	478	174	126	37	142	30	57	39	50	1245
% de votos válidos	4,76%	4,85%	41,39%	15,06%	10,91%	3,20%	12,29%	2,60%	4,94%			

Funcionária tem salário zerado

A funcionária Neli Wada teve seu salário referente ao mês de setembro cortado. Foram consideradas como faltas todas as liberações para atividades sindicais, segundo o Sintusp, previamente autorizadas pela Superintendência do Centrinho de Bauru. Para a funcionária, coordenadora do Conselho Diretor de Base (CDB), trata-se de perseguição política.

Em reunião realizada em 29/09, entre o chefe de gabinete na Reitoria, professor

Alberto Carlos Amadio, o procurador subchefe da Consultoria Jurídica da USP (CJ), Dr. Alberto Aparecido de Souza, e representantes do Sintusp, Adusp e DCE, o representante da CJ afirmou que ligou para Bauru solicitando os descontos, dado o fato de Neli não ter assinado o ponto. Ele afirmou ainda que a liberação para o CDB é ilegal e que, com ele na CJ, essa liberação ilegal cessará. Em contraposição, Amadio afirmou que a USP sempre

agiu assim, que ele mesmo liberava seus funcionários cedebistas e que os diretores continuarão liberando-os.

Em reunião posterior entre a funcionária e a reitora Suely Vilela, esta afirmou que “não sabia de nada” e que “só teve conhecimento desse lamentável fato através do Prof. Amadio e do e-mail da Neli”, segundo informa o Boletim nº103 do Sintusp.

Procurado pelo *Informativo Adusp* para esclarecer a posição da Reitoria quanto

ao acontecido, o Prof. Amadio não respondeu. Ao invés disso, a assessoria de imprensa da Reitoria reenviou nota de esclarecimento publicada em 7/10, em que a Coordenadoria de Administração Geral da USP afirma: “Não há e nunca houve qualquer determinação para que a Unidade realizasse desconto de ponto de qualquer servidor, pois a obrigação do Administrador Público é de agir dentro do princípio da legalidade, ou seja, o paga-

mento de salário é devido mediante a respectiva contraprestação.”

“Para mim é uma perseguição. É evidente que eles querem me ver bem longe. Primeiro foi o Brandão, agora é minha vez. Como eu não tenho processo administrativo para usarem contra mim, ficam me castigando com esse corte de salário e com o cancelamento da minha transferência para São Paulo, que já estava acertada”, diz a funcionária.

Salários, Cruesp, democracia e “uso da máquina” opõem candidatos no segundo debate da Adusp

Daniel Garcia

Estrutura de poder, Estatuínte, financiamento, salários e relação com as entidades representativas foram os eixos do 2º debate entre os candidatos a reitor(a), promovido pela Adusp em 13/10, no auditório do Instituto Oceanográfico. Participaram os candidatos Wanderley Messias (FFLCH), Sylvio Sawaya (FAU), Ruy Altafim (EESC), João Grandino Rodas (FD) e Francisco Miraglia (IME).

O debate foi dividido em quatro partes. Na primeira, todos responderam à pergunta “A USP precisa ser democratizada? Por quê? Para que? De que modo?”. A parte seguinte foi dedicada a perguntas sorteadas, formuladas pela diretoria da Adusp e por pessoas presentes na platéia: cada pergunta foi respondida por blocos de três e dois candidatos. Na terceira parte, os candidatos formularam questões uns aos outros, sendo ambos, formulador e respondente, sorteados. A quarta parte foi dedicada a considerações finais.

Democratização

O aumento da representatividade dos diversos setores que compõem a universidade deve começar nas “células menores”, disse Rodas, o primeiro a responder. “Por exemplo, nos departamentos, nós temos a representação dos alunos, mas não temos a representação funcional”. No que tange às congregações, expressou que seria “uma decisão madura aprovar a representatividade nos termos da LDB”. Além disso, afirmou que é preciso aumentar a participação de representantes da sociedade: “Hoje nós temos cinco represen-



No debate, realizado no Auditório do IO, os candidatos formularam perguntas uns aos outros

tantes da sociedade no Co, isso certamente deverá aumentar”.

Deliberações democráticas têm maior estabilidade e legitimidade, acredita Miraglia. “A democracia não é simplesmente eleição de dirigentes, ela tem a ver com a relação social que se dá no interior da universidade, que precisa ser humanizada”. Para ele, “é preciso separar quem institui de quem exerce o poder”, sendo para isso necessário que “quem efetivamente trabalha na universidade seja sujeito do processo, não a oligarquia que controla essa instituição há anos”. Ele defendeu o fim das listas tríplexes para diretor de unidade e reitor e uma reforma do Estatuto por uma Estatuín-

“Não vejo espaço no Conselho Universitário para a convocação de uma Estatuín-

te”, afirmou Sawaya. Mas haveria espaço para “algumas mudanças significativas”: a representação por categorias de professores, “respeitando uma certa proporcionalidade”; representação de estudantes e funcionários respeitando parâmetros da LDB; e representação proporcional das unidades. “Isso vai permitir debates diferentes participando do processo de discussão. Vai permitir composições distintas, do que por exemplo o Co, que é assim: dos 100 votos, 20 é do pessoal contra, 80 da reitora. Se isso mudar, pode ter 40 a 60, ou 50 a 50, mas de qualquer forma não há aprovação de 2/3 automática”.

Altafim defende que qualquer decisão sobre democratização deve ser discutida pela comunidade e propostas devem ser apresentadas ao Co para serem aprovadas. “Como

fazer? Não seria democrático se eu tivesse uma resposta. Transfiro essa pergunta, isso entendo ser democracia”.

Messias concordou que a USP precisa ser democratizada “desde que essa democratização envolva uma estratégia muito clara de modernização de gestão”, sob o risco de aumento da burocratização. “Quando a democracia é confundida com burocracia, começa a afastar das oligarquias das instituições as pessoas mais criativas, com idéias mais instigantes”. Segundo ele um dos pressupostos da democracia é a participação, “[na USP hoje] há muita participação, mas é mediatizada pelo excesso de burocracia, então fica meio truncada”.

PM no campus

A primeira pergunta da segunda parte do debate foi formulada pelo professor

Adrian Fanjul, da FFLCH. “Qual é sua postura em relação à entrada da Polícia Militar na FFLCH, no dia 9/06/09? Se você fosse reitor, repetiria a ação em circunstâncias análogas?”

“Esse é um episódio que nos envergonha”, disse Altafim. “Faltou diálogo, que deve sempre prevalecer. Agora, a intransigência de qualquer uma das partes prejudica o diálogo, todos devemos colaborar, não só o reitor. Nós estamos maculando a nossa universidade com atitudes dessa natureza”.

Na avaliação de Rodas, há “grupos” na universidade que se utilizam de medidas, como “piquetes, tomadas e impedimentos do ir e vir”, que “eles próprios confessam que são, em última análise, força e violência”. Ao mesmo tempo, “dirigentes da universidade também

vêm usando de força e violência”, sob argumento de que estariam “dentro do âmbito legal de proteção de pessoas e coisas em funcionamento”. “Essa solução que nós estamos vendo hoje, que está se repetindo, de certa forma é uma solução própria do Estado de direito, mas não é a solução preconizada para a universidade”. Segundo ele, é preferível o diálogo, “mas para que ele aconteça é preciso que ambas as partes deixem de lado o uso da força e da violência”.

Para Miraglia, “a presença da Polícia Militar no campus da USP no dia 9/6 foi uma enorme agressão à autonomia desta universidade”. “Força policial para resolver problemas internos da uni-

quado que o(a) Reitor(a) seja escolhido(a) pelo Governador(a), a partir de uma lista tríplice? Enquanto o Estatuto não for alterado e caso eleito(a) Reitor(a), como proceder na escolha de diretores de unidade?” Foram sorteados para responder à pergunta formulada pela diretoria da Adusp os candidatos Sawaya e Messias.

Sawaya defendeu que a eleição para diretores de unidade seja realizada ou por meio “dos colegiados ampliados de uma forma mais representativa” ou de forma direta, respeitando a LDB. “Não acho interessante a lista tríplice em nenhum caso, inclusive ela representa hoje um desconforto para o governador”, disse. Ele defendeu

faça segundo os parâmetros da LDB e que se amplie “ainda mais” o colégio eleitoral, que segundo ele, com 1900 votantes, “já é bastante grande”. “Esse poderia ser um novo sistema e a eleição acabaria aí, não dentro da universidade, eu entendo que seja entregue uma lista para escolha do governador, que tem legitimidade para isso”, disse, defendendo a continuidade da lista tríplice.

Cruesp x Fórum

“Na campanha de data-base deste ano, o Cruesp anunciou, no final de junho, que a negociação estava encerrada. No entanto, o acordo anunciado pelo Cruesp e Fórum das Seis, em abril de 1991, prevê revisão salarial

de: “O momento pode ser de mudança, de democracia, mas também de retorno a posições anteriores. Dado o impasse que estamos vivendo, a distensão é fundamental”, advertiu.

“Tenho aqui comigo as planilhas do Cruesp desde 1989 até hoje. Estão todas aqui. Vou dizer para vocês que o fechamento de 2008, da USP, Unesp e Unicamp, na média das três, foi 77,33% de gastos com salário. É o menor índice de gastos jamais [realizado], pode olhar a tabela inteira”, destacou Miraglia. “Então, não fico surpreso com as notícias das canetas voando por aí, distribuindo construção, contratação de professor, contratação de funcionário, edifi-

fendeu que seja “colocado claramente em lei” o montante de repasse do ICMS a cada universidade. “Devemos, dentro da Assembléia Legislativa, brigar pelo nosso quinhão, caso contrário sempre vamos ficar contemporizando, salário aqui, salário lá”.

Itália e Brasil

A sexta pergunta foi formulada de viva voz pelo professor Pierluigi Benevieri (IME): “Na Itália o reitor é eleito por todos os professores da universidade. Não há representantes: todos os professores fazem parte do conselho do departamento e do conselho da faculdade, do instituto. É claro que isso não resolve os problemas,



Wanderley Messias



Sylvio Sawaya



Ruy Altafim



João Grandino Rodas



Francisco Miraglia

fotos: Daniel Garcia

versidade, nem pensar”, respondeu ele à segunda parte da pergunta. “O papel de um reitor ou reitora não é ser imperador desta universidade, mas dialogar e compreender”. “Se houver conflitos, como a gente trata isso? Com mais do mesmo procedimento, é mais conversa, é mais negociação, é mais sentar para compreender”, afirmou. Por fim, disse ser fundamental que a universidade não promova nenhuma forma de perseguição a pessoas ou grupos.

Estatuto

“Em um novo Estatuto, como deveria se dar, na sua opinião, o processo de escolha do(a) Reitor(a), Diretores(as) e Chefes de Departamentos? Você considera ade-

quado que uma solução para as eleições em todos os níveis deve ser encontrada logo nos três primeiros meses de gestão do novo reitor, como forma de “dar uma esperança de mudança geral”. “Faço votos de que essa seja a última gestão de reitor da velha guarda, da velha ordem, espero que a gente consiga aprovar um Estatuto e ter uma nova ordem estabelecida”.

Messias reiterou sua descrença numa Estatuinte. “Eu respeito essa bandeira histórica da Adusp e do movimento estudantil (...), mas creio que ela tem pouca exequibilidade política nas atuais circunstâncias”, devido à “desmotivação para iniciar o processo de massas, de mudança”. Ele defendeu que a eleição para reitor se

semestral. Caso eleito reitor, como proceder na negociação salarial da data-base, em relação a esse acordo?” Esta pergunta, formulada pela diretoria da Adusp, foi sorteada para os candidatos Sawaya, Miraglia e Altafim.

“Não quero ser demagógico, mas acordo tem que ser cumprido”, disse Sawaya. “A relação entre a administração e todos nós, empregados, deve ser a mais clara possível, a mais fluida e a mais satisfatória”. Ele voltou a defender a necessidade de uma “distensão”, de uma “postura tranqüila, direta de conversar, de ter objetivos comuns que ultrapassem as meras reivindicações localizadas”. Também referiu-se ao perigo de uma recaída antidemocrática na universida-

de: “O momento pode ser de mudança, de democracia, mas também de retorno a posições anteriores. Dado o impasse que estamos vivendo, a distensão é fundamental”, advertiu. “Tenho aqui comigo as planilhas do Cruesp desde 1989 até hoje. Estão todas aqui. Vou dizer para vocês que o fechamento de 2008, da USP, Unesp e Unicamp, na média das três, foi 77,33% de gastos com salário. É o menor índice de gastos jamais [realizado], pode olhar a tabela inteira”, destacou Miraglia. “Então, não fico surpreso com as notícias das canetas voando por aí, distribuindo construção, contratação de professor, contratação de funcionário, edifi-

cio... Porque tem dinheiro em caixa aí, que saiu da negociação salarial”. Ele ressaltou a importância dos investimentos em infra-estrutura, os quais, no entanto, não podem ser feitos em detrimento dos salários, pois “manter os professores e funcionários aqui é manter o patrimônio mais importante que a universidade tem, não é só o patrimônio físico que interessa”. Miraglia propôs agendamento de reuniões semestrais entre o Cruesp e o Fórum das Seis.

Acordo deve ser sempre respeitado para o bom andamento das negociações, declarou Altafim. Ele se disse “incapacitado de responder corretamente às questões”, por não conhecer o processo de negociação salarial. De-

também há grupos de poder com esse sistema, mas ele dá possibilidade a todos os professores de participar. Quero um comentário dos candidatos sobre isso”. Coube aos candidatos Messias e Rodas respondê-la.

“Não basta reformar o Estatuto, ampliar a representatividade dos nossos colegiados, alterar para melhor a escolha de dirigentes. Temos tarefas tão ou mais complexas do que estas: é preciso modernizar o funcionamento da democracia”, afirmou Messias. “Sempre correremos o risco de, ao tentar democratizarmos, pela criação de inúmeros mecanismos de participação, comissões, órgãos colegiados, incorreremos naquilo que [o ex-reitor] Goldemberg definiu as-

Daniel Garcia



Professor Adrian questiona sobre PM no Campus

sim: ‘Aqui na universidade as pessoas criam o inferno para si e depois reclamam que está quente’. Para Messias, é preciso que os órgãos tornem-se “mais eficientes, mais abertos, mais arejados, mais flexíveis, menos submetidos à camisa-de-força imposta por regimentos draconianos, que limitam o exercício da nossa criatividade intelectual”. Um problema a ser considerado, na sua opinião, é o que chama de “volatilidade da representação dos estudantes”.

“O professor Pierluigi foi muito exato ao falar que a grande representatividade italiana que ele coloca nem sempre resulta em resultados extremamente positivos”, disse Rodas, informando que leu recentemente ampla reportagem do jornal *Corriere della Sera* sobre reitores na Itália: “O reitor que estava há menos tempo no poder estava há 15 [anos], tinha pessoas há 24 anos, justamente porque lá a questão do prazo de duração na Reitoria era tido como algo da autonomia universitária, o Estado portanto não poderia regulamentar”. Rodas criticou, também, o modelo adotado por países europeus e Estados Unidos, “imaginando tudo pura e simplesmente no prisma da maior rapidez, de escolher o melhor sem que isso possa ser feito também com critérios razoáveis de apresentação”. Destacou, ain-

da, a necessidade de exigências éticas aos candidatos.

Uso da máquina

A sétima pergunta foi feita, de viva voz, pelo professor Marcos Magalhães (IME), e foi respondida por todos os candidatos: “A minha pergunta se refere ao uso do poder. Nós recebemos do professor Rodas, eu particularmente acho que outros colegas também já receberam, um jornal da Associação dos Magistrados do Mato Grosso, de São Paulo, já lá para trás. Continuo recebendo do professor Rodas alguma comunicação. Recebemos dos candidatos alguma comunicação, por e-mail e por etiquetas. O que eu gostaria de saber: o professor Rodas foi mais competente do que os demais para se comunicar com todos os membros da comunidade universitária, ou houve algum tipo de acesso privilegiado, que diferenciou, o que eu chamaria de uso do poder indevido? Qual é o limite de nós sermos republicanos na relação do poder?”

“Penso que há uma tradição na universidade, não sei se é boa ou má, essa idéia de que você precisa ter uma âncora: os candidatos são diretores, pró-reitores, vice-reitor (vários reitores foram vice-reitores), então de fato essa questão de uma ética republicana na sucessão me parece relevante. É preciso tomar muito cuidado

para não ferir a ética”, comentou Messias. Ele citou um exemplo de prática que considera adequada: “Os diretores ofereceram a nós candidatos que mandássemos para eles nosso programa, por e-mail, e eles reproduziam para todos os docentes. Achei isso uma coisa interessante”.

Dirigindo-se a Messias, Miraglia disse: “Segundo sua declaração, não tenho a menor chance de ser reitor, embora

candidato, na capitania hereditária aqui. Isso que você mencionou é o procedimento da capitania hereditária. A coordenação da [minha] campanha, que são dois colegas do IME e um do IF, pediu à Reitoria, oficialmente, as etiquetas dos professores, funcionários e estudantes desta universidade, para que o programa pudesse ser divulgado a todos. Nós jamais recebemos resposta, o que considero uma atitude desrespeitosa. O uso da máquina no Brasil é corriqueiro, é difícil até fazer a crítica, soa como se fosse pessoal”. Para ele, tal prática é anti-republicana e antidemocrática.

Altafim disse ter solicitado a mala-direta à Codage. “A resposta foi: ‘não posso [fornecer], mas posso enviar o material para você’. Foi isso que fiz”. Ele disse que ele próprio produziu sua página na Internet. “Quanto ao programa, quando vou às unidades levo uma folha e peço ao diretor para fazer cópias, e hoje perguntei ao professor Francisco [Miraglia] como ele está fazendo para se deslocar para as diferentes unidades. ‘Estou fazendo com meu dinheiro’. Isso me causou espécie, porque quando um diretor convida um palestrante o mínimo que se espera é que pague sua diária. Eu como pró-reitor estou tomando todos os cuidados para me igualar a todos os candidatos”.

“Tenho feito todas as viagens com meu carro. Fiquei felicíssimo quando cheguei com meu carrinho a Pirassununga e o Chico estava chegando com o carrinho dele lá”, disse Sawaya, referindo-se a Miraglia. “Eu me senti igual, entendeu? É muito importante isso, é notável. Espero realmente que esta eleição seja a última deste jeito, e que a próxima tenha etiquetas para todo mundo, tenha tudo. As idéias acabam crescendo, de uma forma ou de outra, neste debate. O professor Rodas, caro e coerente amigo, tem uma prática já de mais de ano nesta comunicação e deve transmitir das formas mais legítimas”.

Rodas agradeceu a pergunta: “Não utilizei carro da USP, diária da USP, em nenhum momento, em todas as visitas que foram feitas, e fiz isso não por entender que não seja legítimo; acho legítimo, mas preferi não me expor; se eu fosse dirigente, aprovaria essas despesas de terceiros, mas não as fiz. Em segundo lugar é importante lembrar as coisas que são feitas pessoalmente e as coisas que são feitas por entidades das quais as pessoas participaram; seria achar demais que eu tivesse o poder de controlar a Associação dos Magistrados do Brasil, ou outros tipos de associação. Se o fizeram, fizeram por vontade própria. Se eu tivesse esse poder, treze anos depois de sair da justiça federal, certamente eu poderia me vangloriar”. Segundo Rodas, “qualquer pessoa” pode conseguir nos e-mails de cada unidade os nomes dos docentes; e que seus impressos foram produzidos com recursos próprios. Ele criticou o fato de a USP não dispor de um regulamento para as candidaturas e sequer haver inscrição de candidatos.

Financiamento

Miraglia perguntou a Sawaya: “Como você vê o financiamento da educação pública e gratuita em São

Paulo, em particular na ciência e tecnologia?”

“É uma situação grave. A Universidade deixou há muito tempo de ser pública e gratuita”, respondeu Sawaya, observando que, no Estado, apenas cerca de 5% das vagas no ensino superior são oferecidas por universidades públicas. “Uma maior inversão de recursos do Estado é fundamental”.

Recursos

Rodas indagou a Altafim: “Como vê a possibilidade de o reitor, utilizando suas competências autárquicas, procurar financiamento quer em entidades federais como o BNDES ou em bancos mundiais?”

“Uma universidade de classe mundial é cara. O reitor deve buscar recursos. Para que ele possa buscar esses recursos externamente devemos ter projetos macro, que contemplem participação de todos os interessados, e que possamos usar todo esse peso da universidade para demandar de forma positiva esses recursos”, respondeu Altafim.

Na réplica, Rodas perguntou se esse tipo de financiamento feriria ou não a autonomia da universidade. Altafim considerou, na tréplica, que não fere, “pelo contrário”, pois “nossa autonomia é no sentido de decidirmos o nosso destino, não receber imposição de alguém”.

Salários 1

Altafim perguntou a Messias como atuar num processo de recuperação do salário dos docentes, a partir das seguintes considerações: “Entendo que nosso salário vem num processo de achatamento. Há 30 anos um professor titular estava ganhando como um juiz de Direito; hoje, se compararmos, ganha como oficial de justiça. Outra pergunta, que venho fazendo à Adusp há muito: por que não defendemos o benefício da alimentação, se é uma parte do salário? Benefícios deveriam ser incorporados ao salário”.

“Você tem razão”, respondeu Messias. “Sou de um tempo, muitos que estão aqui também são, em que sentávamos todos, sessenta e tantas entidades, para negociar os nossos salários. Que saudades daquele tempo. Porque nessa camisa de força, nesse sistema rígido, nesse abraço de afogados que é esse sistema que temos hoje do Cruesp, não temos a mínima chance de conquistar... O próximo reitor deve ter a coragem de rediscutir esse modelo atual do Cruesp, é um ingrediente muito forte para provocar crises”, disse.

Na réplica, Altafim observou que o benefício mensal de R\$ 400 por mês corresponde a quase R\$ 20 mil em quatro anos. Messias treplicou manifestando sua discordância da Adusp nesse assunto, pois ele também considera que os docentes têm direito ao benefício.

Salários 2

“Você, virando reitor, o que vai fazer com o Cruesp nessa questão da negociação salarial?”, indagou Messias a Miraglia.

“Considero as negociações com o Conselho de Reitores de um lado e o Fórum das Seis do outro como a forma mais apropriada de conduzir as negociações não só salariais, como todas as reivindicações”, rebateu Miraglia. “Manter a isonomia entre as três universidades é absolutamente fundamental. Não vamos nos esquecer que lá nos idos de 1985 quem não podia dar reajuste era a USP, e a Unicamp podia. Esta questão tem de ser tratada com seriedade, e não dá para funcionar simplesmente com o nível de financiamento que a gente tem hoje. Vamos precisar discutir isso com o governo do Estado e a Assembléia Legislativa. Por duas vezes conseguimos aumentar a dotação”. Ele acrescentou que, antes de calcular os 9,57% da cota-parte do ICMS, o governo estadual desconta 1% da Habitação, e que 24% da

folha correspondem a aposentadorias, sem ressarcimento.

Descentralizar

“O professor Rodas defende a desconcentração e a descentralização. Minha posição é semelhante no diagnóstico: a Reitoria é macrocéfala, concentradora. Mas a minha proposta é que esse poder não saia da esfera da administração central, mas seja distribuído. São distintas estas propostas ou não?”, indagou Sawaya a Rodas.

Este respondeu que a “mera descentralização não resolve, ela pode ser um adjutório importante desde que haja uma desconcentração”. Sawaya replicou que existe uma oposição entre a independência das unidades e o “pensamento orgânico” da universidade.

Rodas treplicou com o exemplo da Universidade de Londres, “uma das mais famosas do mundo”: “nada liga as unidades a ela”, pois “contratação, financiamento, tudo é independente, entretanto o que segura é justamente a filosofia da universidade”, sendo a Reitoria “extremamente exigente” ao fazer com que “a avaliação, o modo de avaliar, o modo de seleção dos alunos” sejam compatíveis com a filosofia da instituição.

Considerações finais

Messias retomou a proposta de que mudanças estruturais na USP (que assegurem democracia) devem ser acompanhadas de uma modernização da gestão, pois considera o atual sistema de gestão “extremamente arcaico, anacrônico, prejudicial ao pleno florescimento das nossas potencialidades”. Defendeu participação efetiva do Conselho Universitário (Co) na gestão da universidade: “Nosso sistema é exótico, permite ao reitor governar de modo imperial: desde dar ou não hora-extra até criar uma nova unidade”. Ele sugeriu que, à vista de medidas que vêm sendo tomadas pela reitora sem ouvir ninguém, possa ser consultado



Daniel Garcia

Democracia e Estatuinte estiveram entre os assuntos mais discutidos

o Co “ou, quem sabe, de vez em quando, um colegiado informal de diretores, que são os executivos que tocam o dia a dia da universidade, um fórum informal porém produtivo, para conduzir de uma forma mais participativa, mais transparente, a universidade”.

Miraglia criticou a possibilidade de “transição conservadora” na USP: “O Brasil tem uma tradição arraigada de transições conservadoras”, lembrou, toda vez que as elites se sentem ameaçadas. Indagou quem são as 1.900 pessoas que votarão no primeiro turno da eleição de reitor(a), número que “poderia ser muito”, a depender da divisão e da representação. “O Wanderley diz: ‘Nem sequer a aristocracia dessa universidade a Reitoria consulta! Passemos a consultá-la.’ Tenho outra postura em relação à democratização, que é a questão de quem é o sujeito da história dessa instituição”. Para ele, é fundamental que a USP “tenha mecanismos democráticos de deliberação, porque só assim a comunidade terá a calma e a democracia necessárias à tarefa de construção de uma universidade aberta, crítica, democrática, de excelência acadêmica, inserida na luta pelo desenvol-

vimento social e econômico do país”.

Altafim enfatizou que vê o processo eleitoral de reitor como troca de idéias e um aprendizado para os candidatos. “Nosso plano é a participação através das mídias, abrindo novos canais, não só internos como externos, e melhorando nossos processo de comunicação. Nós precisamos aprender a nos comunicar. Nós estamos muito fechados nos nossos mundos, nas nossas idéias. Precisamos conhecer o outro”. Ele pediu desculpas à mesa por haver tocado num “ponto delicado”, a questão benefícios versus salários.

“A estruturação democrática de nossas atividades, para contar com o apoio de todos, a participação e a contribuição de todos, parece fundamental não só para que o convívio seja melhor, mas para que possamos realizar nossos desígnios”, declarou Sawaya. “Isto não é questão de uma posição burguesa ou não burguesa, é uma questão de se propor a coordenar a condução de um processo político que nos envolve a todos. Para isso o fundamental é ser muito humilde, é aprender a escutar o que os outros têm a dizer”, explicou. “Aprender com todos, e ou-

sar, carregando todos, indo à frente. Qual é o segredo desse processo? É estar intimamente convencido da importância disto, e situar o trabalho como a emoção básica, que move, é profunda, é de crença, é de fé na instituição a que nós pertencemos”.

Rodas propôs prazos aproximativos para implantar certas mudanças, conforme definido no programa do grupo Compromisso USP, variando de acordo com a possibilidade de maior ou menor consenso em torno delas. “Por essa razão é que se colocam justamente a Reitoria colegiada, a Reitoria proativa, a valorização das unidades, e a cada pró-reitoria com referência a um orçamento, com referência à questão jurídica, aspectos que poderão ser iniciados no dia seguinte [à posse]”. Outros temas, tais como “vestibular/inclusão social”, “poder/eleições da USP”, ensino à distância, requeiram um ano para introdução de medidas; carreira docente, seis meses. “Obviamente, dentro desses períodos serão iniciadas essas discussões, serão colocadas de uma forma clara”, abrindo-se a participação a quem o desejar.

Fundações e terceirização, temas do debate do Jornal do Campus

Daniel Garcia

Permanência estudantil, fundações de “apoio” e democratização da estrutura de poder da universidade foram alguns dos temas abordados pelos candidatos a reitor(a) no debate organizado pelo *Jornal do Campus* em 8/10. O evento, fechado para convidados, foi mediado pelo jornalista Heródoto Barbeiro e contou com a presença dos candidatos Francisco Miraglia, João Grandino Rodas, Ruy Altafim, Sonia Penin, Sylvio Sawaya e Wanderley Messias.

Na primeira parte do encontro, cada candidato respondeu a uma pergunta previamente elaborada pela equipe do jornal ou por professores. Sobre os problemas de segurança nos campi e a necessidade ou não de recorrer à Polícia Militar para lidar com eles, Miraglia afirmou que “a presença da PM no campus não é uma opção viável”. A solução para a questão passa, no seu entender, por um reequipamento da Guarda Universitária, que deve ser composta por funcionários próprios da USP e não terceirizados.

Respondendo à pergunta formulada pelo professor João Zanetic, da Adusp, sobre sua posição quanto à reforma do Estatuto, Messias colocou-se a favor da reforma e da ampliação do Conselho Universitário, mas disse ter dúvidas sobre se o processo deve ser realizado através de uma Assembleia, lembrando a “má experiência” do V Congresso. Para ele, as entidades representativas de estudantes, professores e funcionários “não estão preparadas sequer para realizar um congresso estatuinte, quanto mais para realizar uma assembléia estatuinte livre e soberana”. Para Messias, o reitor, trabalhando junto com o Co e as congregações,

“pode fazer esse processo e aumentar o nível de representação democrática”.

Sobre carreira docente, Sawaya defendeu a idéia de que exista um salário básico e que a realização de atividades fins possa ser valorizada com complementações salariais. Sobre o acesso às categorias superiores, o diretor da FAU acredita que a carreira deveria voltar a ter os níveis de MS-1 a MS-6, podendo os professores dos níveis MS-4, 5 e 6 ocupar todos os postos de direção. Assim, o cargo e o título de professor titular “seriam reservados para aqueles efetivamente detentores do conhecimento; seriam uma questão de mérito, não de poder”, afirmou.

Sonia Penin, perguntada sobre se parcerias com empresas e fundações são uma solução para o financiamento da pesquisa na universidade, respondeu que, atualmente, “as fundações têm servido mais para a extensão do que para a pesquisa”, sendo responsáveis por “captar as necessidades sociais”. Para ela, essas entidades são necessárias porque “a USP é altamente burocratizada”.

“Preço baixo”

Na segunda parte do debate, cada candidato escolheu outro para responder a uma pergunta. Messias perguntou a Miraglia sobre a questão da terceirização, ao que este reiterou posição apresentada em debates anteriores, defendendo a suspensão deste processo e sua reversão nos casos em que isso for possível. Em sua réplica, Messias apresentou dados que justificariam as terceirizações: o fato de os 1500 vigilantes terceirizados realizarem “funções mais básicas” do que as de-

sempenhadas pela Guarda Universitária; e o fato de as refeições servidas pelos restaurantes da USP Leste e da Química, ambos terceirizados, custarem à USP R\$ 3,60 e R\$ 3,80, respectivamente, ao passo que nos restaurantes administrados pela Coseas a refeição custa R\$ 7,60 para a universidade.

O Enade foi o tema da pergunta de Sonia Penin a Rodas. O diretor da Faculdade de Direito disse que “a USP não pode se furtar às avaliações nacionais” e que deve “influir positivamente e de forma crítica para que as avaliações nacionais melhorem”.

Oliva perguntou a Altafim se as políticas de permanência estudantil devem estar integradas à formação acadêmica. Altafim afirmou que iniciativas como o Programa Ensinar com Pesquisa e o Ensinar com Cultura e Extensão vêm responder a essa demanda. Oliva, replicando, afirmou que “muitas das ações que hoje a gente faz de permanência, pela sua transversalidade, nem sempre estão atingindo o ponto de necessidade de demanda”. Ele citou como exemplo o fato de os restaurantes universitários cobrarem R\$ 1,90 por refeição de todos os estudantes, “desde o mais carente até aquele que estaciona na porta do restaurante de BMW”. “Será que é o caso de termos ações de permanência mais focadas?”, questionou.

Após breve intervalo, Altafim não voltou para a terceira parte do debate, na qual



Acesso restrito ao debate provocou polêmica

os candidatos responderam a perguntas da platéia.

Estatuinte

Miraglia foi questionado sobre por que defende a Assembleia. “A alternativa é perguntar para quem hoje exerce o poder o que eles acham que deve ser modificado. Além disso, eu não tenho nenhuma desconfiança quanto à capacidade de reflexão crítica da nossa juventude e dos nossos funcionários”, disse ele.

Estudantes presentes na platéia encaminharam a Rodas perguntas sobre a entrada da polícia no campus, mas a organização do evento preferiu encaminhar a ele questão sobre empresas juniores e empreendedorismo estudantil.

A pergunta direcionada a Sawaya lembrou um recente escândalo de desvio de verbas na Fundação Vanzolini e questionou a responsabilidade da USP em casos como esse. “Entendo que são fundações de direito privado, portanto diretamente a USP não tem que responder por esses problemas”, disse o diretor da FAU. “Mas eu acredito que, elas

sendo ligadas à USP, moralmente, nós temos que verificar esse assunto”. “Todas essas fundações precisam, da parte da USP, ser enquadradas dentro de um regime de funcionamento transparente em que as necessidades que elas atendam sejam muito claras e que as perspectivas que elas tragam para USP sejam também muito bem delineadas”, afirmou.

Sobre se a USP precisa de mais verbas ou de melhor administração do dinheiro que lhe é destinado hoje, Oliva disse que o orçamento “em termos comparativos internacionais, é muito bom”. Para ele a questão é otimizar o uso de recursos. “Temos que melhorar drasticamente o dreno que hoje representa o excesso de burocracia, o excesso de gastos em atividades-meio, recursos não só materiais, mas principalmente capital humano, que hoje são subutilizados”. Ele sugeriu também que a universidade busque fontes alternativas de financiamento, ainda que mantendo fundamentalmente o financiamento público.

Serra aprova expansão da terceirização da saúde

O governador José Serra aprovou lei complementar que estende a possibilidade de terceirização a todas as unidades de saúde do estado de São Paulo. Pela lei anterior, somente unidades novas podiam ser geridas por entidades sem fins lucrativos qualificadas como Organizações Sociais (OSs). Serra vetou emenda proposta pela deputada estadual Maria Lúcia Amary (PSDB) que previa a destinação de 25% dos leitos de unidades geridas por OSs a planos de saúde e pacientes particulares mediante cobrança.

Para o presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Francisco Batista Júnior, o veto não foi nenhuma surpresa. “Quando tive acesso ao projeto aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo alertei que era preciso termos clareza de que a emenda da deputada Maria Lúcia era uma estratégia do Serra”,

declarou ao *Informativo Adusp*. “Ele sabia que existe um parecer do STF e da Justiça Federal de que as OSs são inconstitucionais e queria que os movimentos sociais se centrassem nos 25% e esquecessem as OSs. Desde o princípio coloquei que era nelas que devíamos centrar nossas críticas, que ele vetaria a emenda para sair como defensor do SUS”.

Segundo Batista, o que está acontecendo na saúde faz parte do cenário maior do país, de uma cultura de administração patrimonialista, onde o estado está ocupado por grupos privados que tomam decisões para sua conveniência, em detrimento do interesse público. “O que temos hoje, em todo o país, é um apoderamento do SUS por grupos privados. Num primeiro momento, terceirizaram ações e serviços. Hoje nós temos cerca de 95% dos procedimentos especializa-

dos e de alto custo sob controle privado. O segundo avanço foi sobre a mão de obra, mais de 60% dos trabalhadores do SUS hoje são terceirizados e trabalham sob condições precarizadas. O terceiro e último passo foi a privatização da administração dos serviços, ainda no governo FHC, primeiro pela lei das OSs, depois das Os-cips”, explica.

“Violência”

“É muito fácil dizer que o serviço público é ineficiente quando ele não recebe recursos suficientes, não tem autonomia e sofre ingerência político-partidária, através da nomeação de administradores desqualificados, indicados por questões políticas”, critica. “Na avaliação do CNS, as OSs são ilegais, uma vez que a Constituição, no artigo 17 da Lei 8080, prevê que cabe ao estado a gestão de unidades de alta com-

plexidade. Além disso, o modelo de gestão por OSs é mais caro do que o modelo público, o Ministério Público Estadual (MPE) de São Paulo está fazendo um levantamento para provar isso. Por fim, nós avaliamos que esse modelo constitui uma violência contra a população, uma vez que ele fere princípios fundamentais do SUS. Qualquer um que vá a um hospital administrado por OS não vai ser atendido, as OSs só atendem pessoas indicadas por outros serviços e até o limite de sua capacidade instalada, o que fere o princípio de universalidade”.

A lei complementar 1.095, publicada no *Diário Oficial* em 19/9/09, prevê também que fundações que administram hospitais de ensino do estado há pelo menos 10 anos – como a Fundação Zerbini, que gere o In-Cor – possam ser qualificadas como OSs, o que permi-

te que assumam outras unidades estaduais.

De acordo com o secretário estadual da Saúde, Luiz Roberto Barradas, em declaração à Folha de S. Paulo, só o hospital Brigadeiro, na capital, terá a direção transferida para uma OS, com objetivo de transformá-lo num centro de transplante de rim e fígado. Segundo o mesmo jornal, o MPE pretende recorrer à Justiça contra futuros contratos de transferência de administração para o setor privado, que avalia como inconstitucionais. O CNS apresentou resolução ao ministro José Gomes Temporão pedindo a suspensão da autonomia de gestão de recursos transferidos pelo Ministério da Saúde à Secretaria Estadual de Saúde. Caso Temporão homologue a resolução, um interventor da União pode ser nomeado para administrar esses recursos.

Mais uma vez prêmio de excelência na USP

Pelo segundo ano seguido, todos os docentes e funcionários da Universidade de São Paulo receberão o chamado Prêmio de Excelência, esse ano 50% maior do que em 2008: R\$ 1.500, divididos em duas parcelas, uma a ser paga em outubro de 2009 e a segunda prevista para o primeiro semestre de 2010.

A decisão da Reitoria demonstra que, ao contrário do que foi amplamente divulgado por ocasião das negociações salariais, há recursos disponíveis em caixa. A questão que se coloca, portanto, é a do deslocamento do eixo da discussão do que é relevante para a tão proclamada excelência da USP: condi-

ções dignas para o ensino, a pesquisa e a extensão, para as quais os salários são parte constitutiva.

Cabe aqui uma ponderação: a administração central concede um prêmio e nega um aumento de salá-

rio para todos, inclusive os aposentados e os recém-contratados. O que a leva a fazer isso, se não a intenção

de domesticar e neutralizar as reivindicações e as lutas para avanços concretos e permanentes?

Balanço Financeiro da Adusp - abril a agosto de 2009

	SALDO DO FUNDO DE RESERVA (1)	CONTRIBUIÇÃO LÍQUIDA DOS ASSOCIADOS (2)	SALÁRIOS E ENCARGOS	DESPESAS DE COMUNICAÇÃO	DESPESAS GERAIS RESTANTES (3)
Abril	R\$ 1.288.718,53	R\$ 143.538,31	R\$ 99.398,38	R\$ 32.896,33 (6)	R\$ 24.672,89
Maio	R\$ 1.310.519,68	R\$ 142.568,25	R\$ 87.745,86	R\$ 14.883,32	R\$ 42.053,03
Junho	R\$ 1.230.021,16	R\$ 153.340,14	R\$ 112.759,28 (4)	R\$ 29.878,08 (7)	R\$ 93.929,14 (7)
Julho	R\$ 1.197.869,36	R\$ 151.489,63	R\$ 121.527,94 (5)	R\$ 16.342,98	R\$ 69.333,01 (7)
Agosto	R\$ 1.204.539,41	R\$ 151.540,29	R\$ 84.016,80	R\$ 7.507,09	R\$ 37.431,16

1) Utilizado com autorização do Conselho de Representantes/Assembleia Geral; 2) Descontados os repasses ao Andes-SN;

3) Assessoria jurídica, contábil e de imprensa, infra-estrutura, materiais permanentes, campanhas, publicações;

4) Pagamento de 13º salário; 5) Horas-extras – Campanha de data-base 2009; 6) Revista Adusp; 7) Campanha de data-base 2009